



Imagem: Ministério da Saúde/Governo Federal

Lei define fibromialgia como deficiência

Alinhada aos pilares da estratégia ASG (Ambiental, Social e de Governança), a SPDM reforça seu compromisso com a disseminação de conhecimento, a promoção do bem-estar social e o enfrentamento de estigmas associados às condições crônicas e às deficiências ocultas.

Historicamente conhecida como a “dor invisível”, a fibromialgia alcança um marco relevante a partir de janeiro de 2026, com a entrada em vigor da Lei nº 15.176/2025, que passa a reconhecê-la legalmente como deficiência no Brasil. Essa mudança assegura direitos, amplia o acesso a políticas públicas e reforça a dignidade das pessoas que convivem com a condição.

O que é Fibromialgia?

De acordo com o Ministério da Saúde, a fibromialgia é uma síndrome clínica caracterizada por dor crônica generalizada, que acomete principalmente músculos, tendões e articulações, sem a presença de inflamações ou lesões visíveis.

Está relacionada ao funcionamento do sistema nervoso central e ao mecanismo de modulação da dor. Além da dor persistente, os sintomas mais frequentes incluem fadiga intensa, distúrbios do sono (sono não reparador) e dificuldades cognitivas, como problemas de memória e concentração.

O diagnóstico é clínico, baseado no histórico do paciente e no exame físico, não sendo identificadas alterações em exames laboratoriais ou de imagem convencionais.

Com a vigência da Lei nº 15.176/2025, a fibromialgia passa a ser enquadrada legalmente como deficiência, para todos os efeitos legais. As pessoas diagnosticadas passam a ser reconhecidas como Pessoas com Deficiência (PcD), inclusive para fins da Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991).

Para quem já possui diagnóstico, é necessário:

- Laudo médico detalhado, emitido por reumatologista, com CID M79.7 e descrição das limitações funcionais;
- Procurar a unidade de Medicina do Trabalho, que realizará a avaliação baseada nas limitações funcionais (dor, fadiga, cognição) e não apenas no diagnóstico.

Esse novo status garante o acesso a políticas de inclusão e a direitos, mediante avaliação biopsicossocial.

Para maiores informações sobre a legislação vigente, [clique aqui](#), ou direcione a câmera do seu celular para o QrCode ao lado, para obter informações mais completas, além dos direitos as pessoas acometidas por esta patologia.



Você, colaborador que já possui o laudo com este diagnóstico, sugerimos que procure pela Unidade de Medicina do Trabalho, para mais informações.



Essa iniciativa dialoga com o ODS 8, ao promover trabalho decente e inclusivo, com o ODS 10, ao reduzir desigualdades no acesso ao emprego, e com o ODS 3, ao valorizar a saúde e o bem-estar no ambiente laboral. Além de contribuir para a construção de ambientes de trabalho mais justos, acessíveis e sustentáveis, reforçando o compromisso institucional e social com o desenvolvimento humano e a inclusão plena.